



Estudos de Lingüística Galega

ISSN: 1889-2566

elgilg@usc.es

Universidade de Santiago de Compostela

España

Argolo, Wagner

Linguística e história: elementos para uma epistemologia e metodologia compartilhadas

Estudos de Lingüística Galega, vol. 8, 2016, pp. 5-23

Universidade de Santiago de Compostela

Santiago de Compostela, España

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305646595001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Linguística e história: elementos para uma epistemologia e metodologia compartilhadas

Wagner Argolo

União Metropolitana de Educação e Cultura (Brasil)
wagner.argolo@gmail.com

Received on 08/12/2015. Accepted on 18/05/2016

Resumo

Neste artigo, temos como objetivo desenvolver parte do que Mattos e Silva (1988) denominou *Linguística histórica* *lato sensu*, através da sistematização da “zona intermediária” entre a ciência linguística e a ciência histórica – no que se refere ao estudo da face externa de uma língua. Para tanto, expomos aspectos da epistemologia e metodologia de ambas as ciências, com vistas a demonstrar, em seguida, como atuam em conjunto, citando exemplos de trabalhos em que tal compartilhamento já é feito de maneira intuitiva, e enquadrando-os nas vertentes que denominamos *história social-linguística* – neste caso, coincidindo com a denominação já utilizada pela referida autora (2004) – e *história cultural-linguística*. Por fim, além de dar uma amostra do compartilhamento metodológico que já é feito há décadas em trabalhos de linguistas-historiadores, procuramos sugerir algumas inovações neste compartilhamento, *e.g.* a utilização da *prosopografia* – método típico da ciência histórica –, no intuito de possibilitar uma produtividade ainda maior em trabalhos que ocupam esta zona intermediária entre ciências.

Palavras chave

Epistemologia, metodologia, linguística, história

Sumário

1. Introdução. 2. A ciência histórica: o primeiro passo rumo a uma história linguística. 2.1. História social e história cultural: delimitando as vertentes. 3. A ciência linguística: o segundo passo e a caracterização de uma história linguística. 3.1. A Sociolinguística. 3.2. O compartilhamento epistemológico. 3.3. Um pequeno esclarecimento e alguns exemplos. 4. Sobre a necessidade de considerar as histórias linguísticas (sociais e culturais) dentro do espectro mais amplo da história transnacional. 5. O compartilhamento metodológico. 5.1. História social-linguística. 5.2. História cultural-linguística. 6. Conclusão.

Linguistics and history: elements for a shared epistemology and methodology

Abstract

In this paper, our aim is to develop part of what Mattos e Silva (1988) has named *lato sensu* historical linguistics through the systematization of the “intermediary zone” between linguistic science and historical science in the study of a language’s outward face. To this end, we first discuss epistemological and methodological aspects of the two disciplines in order to then show how they act together, giving examples of publications in which this partnership of sciences is achieved intuitively and classifying them within the areas we call *social-linguistic history*, adopting the denomination used by Mattos e Silva (2004), and *cultural-linguistic history*. Besides presenting an example of the kind of methodological partnership that has been practised for decades in historian-linguists’ writings, we suggest innovations such as the use of *prosopography*, a typical historical science’s method, to increase productivity in studies occupying this intermediary zone between sciences.

Keywords

Epistemology, methodology, linguistics, history

Contents

1. Introduction. 2. Historical science: the first step towards a linguistic history. 2.1. Social history and cultural history: defining the fields. 3. Linguistic science: the second step and the characterization of a linguistic history. 3.1. Sociolinguistics. 3.2. The epistemological partnership. 3.3. A small clarification and some examples. 4. On the necessity of considering (social and cultural) linguistic histories within the broader spectrum of transnational history. 5. The methodological partnership. 5.1. Social-linguistic history. 5.2. Cultural-linguistic history. 6. Conclusion.

1. INTRODUÇÃO

Ao se cogitar a escrita de um trabalho no âmbito da linguística histórica, que tem como objeto de estudo a história das línguas, a utilização da história *tout court*, de suas teorias e metodologias, como base de apoio para, dela, se chegar a conclusões de natureza linguístico-histórica é fundamental, devido à impossibilidade de se dissociar uma língua da sociedade que a fala e, em muitos casos, a escreve.

Desse modo, se, para o historiador, é possível escrever uma história social ou cultural sem ter de escrever uma história da língua que a sociedade ou o indivíduo historiado fala, o mesmo não se aplica ao linguista-historiador, pois, para escrever a história social ou cultural de uma língua, tem, inevitavelmente, de escrever a história da sociedade ou do indivíduo que a fala. Por isso, é justamente na linguística histórica que o ofício do linguista e o ofício do historiador se cruzam, tendo o linguista-historiador de trabalhar em duas searas ao mesmo tempo, já que compartilham do mesmo objeto: a face externa de uma língua.

Entretanto, se a linguística histórica se tem valido, por um lado, da obra de historiadores como ajuda essencial para, através do filtro das teorias linguísticas, apresentar inferências sobre a história externa das línguas, não se tem valido, por outro, da ajuda que a epistemologia da ciência histórica, se fosse levada em consideração, poderia lhe proporcionar. Isto porque, ao passar pela etapa inicial e inevitável de historiar uma sociedade, o linguista-historiador está diante de um trabalho que, em seu primeiro momento, ainda não se encontra no campo da ciência linguística, mas no campo da ciência histórica. Somente a partir do momento em que começar a utilizar o passado – principalmente econômico, político e demográfico – do grupo social historiado como uma maneira de extrair informações que possam reconstruir o passado de sua língua ou línguas, através da epistemologia da ciência linguística, começará a determinar a natureza predominantemente linguística do trabalho.

Com base neste raciocínio, se o linguista-historiador tem de começar o seu trabalho pela ciência histórica, nada mais lógico do que, nesta primeira etapa, utilizar-se das teorias e métodos desta, para, somente depois de cumprida, começar a fazer uso das teorias e métodos da linguística, no intuito de transformar as conclusões puramente históricas a que chegou em conclusões linguístico-históricas.

Neste artigo, procuramos sintetizar esta relação simbiótica entre o estudo da face externa de uma língua e a história, com vistas a contribuir para o desenvolvimento epistemológico e metodológico do que Mattos e Silva, em 1988, denominou *Linguística histórica* *lato sensu*, ou seja, “todo estudo linguístico que se funde em base de dados necessariamente datados e localizados” (1999: 149) e, mais especificamente, do que posteriormente colocou como um dos quatro campos a serem desenvolvidos para se “[...] recuperar uma história do português brasileiro”. Trata-se do campo (a), que “[...] se moverá fundado na história social do Brasil. Dos quatro, será aquele em que o historiador da língua estará mais próximo do historiador *tout court*” (2004: 59).

2. A CIÊNCIA HISTÓRICA: O PRIMEIRO PASSO RUMO A UMA HISTÓRIA LINGÜÍSTICA

De acordo com Muller / Torp (2009), os debates sobre o que, na ciência histórica, veio a ser denominado “história transnacional” têm início na década de 1990, impulsionados, principalmente, por dois fatores:

- i. Os estudos do pós-colonialismo, levados a termo nos departamentos dos cursos de história anglo-americanos, que identificaram o euro-centrismo presente nas narrativas históricas tradicionais, que não consideravam a interação bilateral entre o colonizador e o colonizado e o consequente caráter híbrido da identidade dos envolvidos nesta interação, como resultado das trocas socioculturais inerentes a ela;
- ii. A integração, ao nível mundial, pela qual vem passando a humanidade, colocou o tema “globalização” na ordem do dia entre historiadores de diversos países, pois este fenômeno representa a mudança de um mundo fragmentado em unidades político-econômicas

com um grau avançado de isolamento, para um mundo no qual estas mesmas unidades não só, de fato, já passaram por um grande processo de aproximação, como ainda continuam mantendo esta tendência, principalmente devido ao avanço das comunicações e dos transportes. Além disso, como outro fator que fez com que os “holofotes da historiografia” apontassem suas luzes para o tema “globalização”, tem-se a premissa de que a pesquisa que aborda fatos que extrapolam as fronteiras políticas de um estado-nação é, consequentemente, uma pesquisa no âmbito global.

Esta percepção de diferentes espaços históricos faz com que os pesquisadores da área estabeleçam a comparação entre o espaço limitado do estado-nação – em termos territoriais – e o espaço ilimitado dos fluxos globais – em termos econômicos, diplomáticos, tecnológicos, ideológicos etc. –, buscando analisar como os processos que acontecem no espaço global afetam os processos que acontecem no espaço nacional – sejam estes espaços nacionais politicamente independentes, sejam ainda politicamente dependentes, como no caso das antigas colônias e das colônias remanescentes, respectivamente; assim como analisar a maneira através da qual os integrantes deste espaço nacional reagem às mudanças oriundas do espaço global e a maneira através da qual se tornam, eles próprios, agentes destas mudanças (Muller / Torp 2009).

Porém, considerando-se que os fluxos globais atuais tornam a relação entre o espaço global e o espaço nacional cada vez mais intrincadas, resultando em uma maior dificuldade de se analisar estes espaços separadamente, Muller / Torp (2009) discutem, justamente, uma maneira que permita ao historiador apreender o espaço que considerará como a estrutura geográfica dentro da qual ocorreram os fatos sobre os quais pretende pesquisar e elaborar a sua reconstrução histórica, de acordo com as características globais atuais.

Desse modo, afirmam que, antes de se tentar elaborar uma teoria geral da história transnacional, os historiadores têm de se preocupar, primeiro, em selecionar um fenômeno histórico, analisá-lo particularmente e, em seguida, ter em mente que este fenômeno, assim como outros, deve ser analisado também no âmbito de suas estruturas geográficas, considerando que estes espaços geográficos específicos se definem, basicamente, pela sua relação com os demais, pois é o contraste que gera a percepção da diferença.

Então, fica a questão: se os fenômenos históricos correspondem a espaços geográficos específicos – e isso não pode ser negligenciado –, como lidar com situações em que os fenômenos históricos transcendem as fronteiras de um território politicamente delimitado?

Para tentar resolver este problema epistemológico, propõem que, em casos como estes, tais espaços históricos “estendidos” sejam considerados como compostos por “geografias múltiplas”, pois, ao mesmo tempo, ressalta-se que englobam territórios distintos e delimitados politicamente, sem deixar de se ressaltar o fato de que estes territórios estão, nesta situação, somados para a composição de um espaço maior, delimitado não politicamente, mas pelo fenômeno histórico analisado – social, cultural, econômico ou político: “Todas as histórias, seja europeia, global ou de outro tipo, deveriam, portanto, ser entendidas como englobando ‘geografias múltiplas’” (2009: 611-613). E mais adiante são enfáticos:

Como os nossos estudos de caso demonstram convincentemente, é mais exceção do que regra que, ao longo da história, estes espaços foram totalmente congruentes com entidades políticas demarcadas territorialmente. O que se torna claro é que, virtualmente, todo ‘espaço’ criado através de movimentos e interações econômicas, sociais, culturais ou políticas – e isto se aplica mesmo ao estado-nação em si! – é ‘espaço temporário’, no sentido de que este é compreensível para os atores históricos apenas em relação a um conjunto específico de percepções, interesses e estratégias, e em um dado contexto temporal.

Em 2006, a *American Historical Review* (AHR) organizou um colóquio entre os historiadores Bayly, Beckert, Connely, Hofmeyr, Kozol e Seed, no intuito de debater, principalmente, o que viria a ser a “história transnacional”. Desse colóquio, é possível extraír um seu conceito, beneficiando-o com a ideia dos espaços compostos por “geografias múltiplas”, qual seja: história transnacional é a análise das relações entre duas ou mais nações-estado, impérios e demais territórios com fronteiras politicamente definidas, considerando-se os diversos aspectos que, necessaria-

mente, fazem parte destas relações – e.g. o aspecto diplomático, o aspecto econômico, o aspecto cultural, o aspecto científico e o aspecto ideológico –, compondo um espaço histórico que engloba geografias múltiplas, ou seja, vários outros espaços políticos definidos territorialmente e que se relacionam dentro destas fronteiras históricas cujos contornos são extremamente maleáveis e variáveis, de acordo com o aspecto histórico considerado. Não envolve, entretanto, todos os países do mundo, mas um número limitado deles.

Os aspectos históricos – definidores dos espaços que contêm as geografias múltiplas – funcionam, por sua vez, como “pilotos” de mudanças históricas, em períodos distintos, guiando uma série de outros subtemas a eles relacionados e subordinados. Exemplos de pilotos de mudanças históricas são: ideologias, mudanças econômicas e o papel do Estado em um determinado momento (Bayly 2006).

Tendo o que foi dito em mente, apresentaremos um exemplo histórico-lingüístico de espaço transnacional, composto por geografias múltiplas.

Trata-se da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), fundada em 17 de julho de 1996, responsável pelo estabelecimento de um amplo “espaço” delimitado por fronteiras linguísticas e diplomáticas – que engloba os territórios de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste –, no intuito de ser um “foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros”¹.

De acordo com o que dissemos sobre os espaços transnacionais serem “locais” nos quais são postos em movimento fluxos multilaterais dos mais variados tipos, a CPLP é um bom exemplo disso. Isto porque, além do objetivo maior de fomentar projetos que aumentem o prestígio da língua portuguesa no mundo, possui, também, objetivos de ordem diplomática, no sentido de incrementar, no âmbito internacional, a força política de seus membros, assim como objetivos tradicionais, como o fomento econômico, educacional, salutar, defensivo, jurídico e desportivo.

2.1. História social e história cultural: delimitando as vertentes

A “história social” emergiu como abordagem dominante na ciência histórica nas décadas de 1960 e 1970, tendo sido desbanhada pela “história cultural”, que emergiu como nova abordagem dominante nas décadas de 1980 e 1990. A nosso ver, ambas podem manifestar-se como vertentes da história transnacional, pois compartilham do seu objeto de estudo, lançando sobre ele, entretanto, olhares diferenciados.

2.1.1. História social

O período Pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por um significativo desenvolvimento do capitalismo centrado no estado-nação e no “fordismo”, que, juntos, estavam assentados na relação composta pela força do governo como regulador da economia, pelos negócios em grande escala, pela força da mão de obra e da produção em massa e pelas taxas fixas de trocas de mercadorias entre países, acompanhados da garantia desta relação de forças, em nível mundial, proporcionada pelo poder militar dos Estados Unidos (Sewell 2008).

A consolidação e a nitidez de tais fatores como principais componentes da sociedade que se delineou nos países ocidentais, que saíram vencedores da Segunda Guerra, foram as responsáveis por uma notável compreensão dos grandes processos sociais de então, resultando no otimismo epistemológico que considerou ser possível a reconstrução historiográfica de uma determinada sociedade em sua totalidade.

Além disso, o fordismo, nos países ricos ocidentais nomeadamente democráticos, gerou uma grande necessidade de mão de obra qualificada, resultando em largos investimentos na criação de universidades para qualificar esta mão de obra. Como resultado, nos anos 1950 e

¹ <http://www.cplp.org/id-46.aspx> [18/05/15].

1960, o número de estudantes nas universidades, comparado com o número de estudantes da mesma idade, em períodos anteriores, nunca tinha sido tão grande.

Devido ao clima de efervescência cultural e de quebra de paradigmas que se formou nesses ambientes universitários, os estudantes, já dotados dos recursos intelectuais necessários à elaboração de uma visão político-econômica crítica, começaram a desenvolver, nos anos 1960 e 1970, um discurso contra o próprio modelo fordista de capitalismo.

Foi este discurso de crítica que veio a se constituir na própria inauguração do que ficou conhecido como “história social”. Ressalte-se que essas críticas desembocaram em movimentos radicais juvenis nos anos 1960, de caráter transnacional, pois não ocorreram apenas nos Estados Unidos, mas também na França, na Inglaterra e no Brasil, para citar apenas alguns exemplos, formando espaços históricos de revolta social que englobavam diferentes estados-nação – ou seja, geografias múltiplas –, com suas respectivas delimitações territoriais (Sewell 2008).

No que concerne à maneira de se abordar os fenômenos sociais para, em seguida, analisá-los e se elaborar uma crítica sobre eles, Brewer (2010) apresenta reflexões interessantes a respeito de como o cientista que escreve história social “vê” os fatos que analisa.

Desse modo, diz que, ao fazer história social, o pesquisador procura analisar grandes estruturas e que estas, para poderem ser “vistas” em sua totalidade, de forma panorâmica, exigem um ponto de observação distanciado, “isolado, superior”, como se se tratasse da “[...] perspectiva do olho de um pássaro [...]” ou do olhar que se tem “do alto de um pico”. É através deste olhar distanciado que “[...] um horizonte extenso, de larga escala, é observado e analisado” (2010: 89).

Como consequência desse distanciamento, o historiador, necessariamente, permanece fora do cenário que descreve e analisa, podendo apenas identificar “tendências de massa”, em prejuízo dos detalhes. Tal característica faz com que a ênfase na história pessoal de um indivíduo – sua vida cotidiana, seus sentimentos relativos a um cônjuge ou a um filho, seus conflitos psicológicos, sua cosmogonia etc. – não seja possível na história social, pois o seu olhar não recai sobre um indivíduo, isoladamente, mas sobre o processo social dentro do qual este indivíduo está imerso, juntamente com outros indivíduos.

Desse modo, na história social, o indivíduo não é visto como uma totalidade em si mesmo, mas como parte de uma totalidade maior, que o transcende e a cujas dinâmicas está subordinado, consequentemente se constituindo em um ente predominantemente passivo dessa totalidade, e não em um ente predominantemente ativo dela. Nesta vertente, atitudes não estão condicionadas apenas à vontade do indivíduo, mas às contingências do processo social no qual está inserido.

Ao escrever este tipo de história, o pesquisador tem a sensação de controle sobre os processos que está analisando, pois pode, pelo fato de ter uma “visão panorâmica” deles, observá-los em sua totalidade, como se estivesse presente em todos os momentos e lugares que analisa (Brewer 2010).

2.1.2. História cultural

Para Sewell (2008), assim como a origem da história social está ligada à dinâmica de processos macrossociais e à dinâmica do capitalismo – ambos no âmbito da história transnacional –, também a sua obsolescência está ligada aos mesmos fatores. Isto porque o grande êxito capitalista que tornou possível a emergência da história social, nos anos 1960, começou a se converter em colapso no início dos anos 1970, tendo como resultado o esfacelamento do fordismo e o mergulho do mundo em uma crise econômica generalizada.

Com o avanço tecnológico das comunicações, o capitalismo baseado nas grandes manufaturas circunscritas a fronteiras nacionais entra em declínio, pois se tornou possível, para uma mesma corporação, ter a sua sede no seu país de origem e, no entanto, instalar a sua fábrica em outro país, onde os seus custos fossem menores – extrapolando, consequentemente, as suas fronteiras nacionais.

Este enfraquecimento do capitalismo baseado nas grandes manufaturas circunscritas a fronteiras nacionais começa a abrir espaço para o capitalismo baseado na especulação finan-

ceira transnacional, cujas engrenagens passaram a ser distribuídas ao longo de nações distintas, começando a apresentar uma espécie de fronteira própria e independente, que desconhece as fronteiras politicamente delimitadas dos estados nacionais tradicionais. Além disso, a estabilidade no emprego e os planos de carreira das empresas entraram em processo de deterioração, passando-se a observar a rotatividade nos postos de trabalho, o incremento do trabalho temporário e do trabalho autônomo, assim como a migração de trabalhadores entre países.

O resultado da emergência deste novo tipo de fronteira independente e auto-regulada do capitalismo e da mudança drástica nas relações entre empregadores e empregados foi o enfraquecimento do papel do estado-nação como principal regulador de sua própria economia, obrigando-o a dividir o seu poder, nesta seara, com outros atores não-governamentais, que passaram a ter grande destaque no cenário internacional, *e.g.* as grandes corporações transnacionais com capital aberto nas bolsas de valores, levando ao questionamento da própria noção de “economia nacional” (Sewell 2008).

No momento em que a história social só era concebível por causa da possibilidade de compreender, de prever e de quantificar estruturas sociais, o desmantelamento desta conjuntura, nos anos 1970 e 1980, levou, consequentemente, à inviabilidade da própria história social, pois esta não tinha mais os parâmetros sociais de que necessitava para que pudesse ser desenvolvida, levando os historiadores de então a ter de revisar a epistemologia da ciência histórica: “[...] as práticas epistêmicas dos historiadores podem ter sido afetadas por esta transformação fundamental das formas sociais do capitalismo mundial” (Sewell 2008: 11).

Era o neoliberalismo global que surgia, iniciando a reconfiguração das relações sociais nos países ocidentais mais ricos – e também nos mais pobres –, criando, no campo historiográfico, a necessidade de ajustar o seu quadro epistemológico à nova realidade empírica que se lhe tornou disponível: “[...] o imaginário político mais antigo foi gradualmente e desigualmente substituído por um imaginário político ‘neoliberal’ crescente, que exaltava a responsabilidade individual, o empreendedorismo universal, a privatização, a desregulamentação e a globalização”. Como consequência, nos últimos anos da década de 1970, essa desintegração das estruturas sociais parece ter levado, inclusive, a uma desintegração mais profunda, ao nível das próprias identidades individuais (Sewell 2008: 11).

Pelo fato de essas mudanças macrossociais terem chegado ao nível do indivíduo, a ciência histórica, no intuito de ajustar a sua epistemologia à nova realidade, começou a deslocar a sua atenção das grandes estruturas para as estruturas locais extremamente delimitadas; de processos socioeconômicos gerais para processos culturais subjetivos e individuais.

Ao passar a ter o seu objeto de estudo abordado sob um ângulo diferente do tradicionalmente praticado, o resultado dessa mudança foi a necessidade de novas análises sobre este objeto, porque os micro-contextos, geralmente, têm como protagonistas atores integrantes das classes desfavorecidas política e economicamente, razão pela qual ainda não tinham despertado o interesse dos historiadores, sendo, por isso, desconhecidos. Portanto, mudar a escala pode significar, também, mudar a classe social a ser pesquisada. É este, inclusive, o motivo de a história cultural ser famosa, dentre outras denominações, como a “história vista de baixo” (Sharpe 1992).

Considerando-se que as fontes históricas tradicionalmente utilizadas se referem a processos sociais, e não individuais, um desafio adicional apresentou-se aos historiadores culturais: a busca por novas fontes que possibilitassem a exploração de processos no âmbito individual.

Sendo os arquivos públicos locais onde são preservadas fontes relativas, principalmente, a processos sócio-estatais, tornou-se claro que não seria lá que as fontes para histórias individuais, que se começava a buscar, seriam encontradas em abundância. Partiu-se, então, para a busca em arquivos particulares de famílias ou de instituições de âmbito extremamente circunscrito. Surgia a história cultural ou micro-história, de natureza predominantemente subjetiva:

A era de transição do capitalismo fordista ou estado-centrista para o capitalismo globalizado do neoliberalismo caracterizou-se, em todas as ciências humanas, por uma incerteza epistêmica geral – incerteza que tem uma certa afinidade eletiva com a propalada “flexibilidade”, que é um dos emblemas oficiais da nova ordem econômica global. Em história, esta incerteza tomou a forma da virada cultural, de flertes com o pós-estruturalismo e de uma fascinação com a micro-história e com a subjetividade (Sewell 2008: 11).

Estes estudos ao nível do indivíduo tomam como referência espacial uma pequena localidade, e não uma área que engloba várias localidades relacionadas, voltando suas atenções para os pequenos detalhes e particularidades deste micro-contexto, descrevendo-o e analisando-o cuidadosamente. Nele, torna-se possível a análise de indivíduos como entes predominantemente ativos – e não predominantemente passivos, como no caso da macro-história ou história social –, valorizando-se aspectos do âmbito de sua subjetividade (Brewer 2010).

Diferentemente do que acontece na história social, o pesquisador que escreve uma história cultural não tem a sensação de controle sobre o que está analisando, mas a sensação de pertencer ao micro-contexto que analisa, de estar lado a lado com o sujeito-ator estudado, influenciado pelas mesmas contingências que o influenciaram no período passado em questão (Brewer 2010; cf. Ginzburg 1976).

3. A CIÊNCIA LINGUÍSTICA: O SEGUNDO PASSO E A CARACTERIZAÇÃO DE UMA HISTÓRIA LINGUÍSTICA

Após o passo de reconstruir o passado – principalmente nos aspectos econômico, político e demográfico – das pessoas de uma determinada região, em um determinado tempo, e utilizando-nos da epistemologia da ciência histórica, temos de partir para o passo de reconstruir o passado da língua ou línguas destas pessoas na mesma região e no mesmo tempo, utilizando-nos, neste segundo passo, da epistemologia da ciência linguística.

3.1. A Sociolinguística

Em 1968, Weinreich / Labov / Herzog expõem à Academia uma nova concepção de língua, através da qual conseguem eliminar a barreira entre sincronia e diacronia e, consequentemente, entre língua e fala, ao quebrar a identificação entre estruturalidade e homogeneidade, aceitando que uma estrutura linguística não só pode ser heterogênea, como é essencialmente heterogênea, embora tal heterogeneidade não seja aleatória, mas ordenada.

Graças a essa nova concepção, pôde-se explicar a existência das variações percebidas em um sistema linguístico – afinal, segundo o Estruturalismo saussureano (1916), para ser sistema, não poderia variar –, assim como a maneira através da qual um estado de língua muda para outro, sem que os falantes deixem de se compreender mutuamente – afinal, se a heterogeneidade eliminasse a estruturalidade, como pensava Saussure, uma língua não “funcionaria” durante o processo de mudança, até que se reorganizasse e se tornasse homogênea outra vez, voltando a apresentar estruturalidade.

No entanto, não é isso o que acontece na prática, pois, como sabemos, as línguas mudam ininterruptamente, sem que tal processo constante de mudança, de forma alguma, prejudique a inteligibilidade entre os integrantes de uma mesma comunidade de fala (Weinreich / Labov / Herzog 1968).

Outro fator de extrema importância, levantado por Weinreich / Labov / Herzog (1968), e que justifica a escrita deste artigo, é a íntima correlação entre língua e sociedade. Desse modo, consideram que a heterogeneidade de uma língua é o resultado da heterogeneidade da sociedade que a fala, estando aí a fonte dos processos de variação linguística, que resultam em mudanças linguísticas.

A assunção da correlação entre língua e sociedade revela a face externa da língua, fato que, durante a hegemonia do Estruturalismo saussuriano, foi obscurecido pela abordagem puramente estrutural, considerando-se a língua apenas em sua dimensão interna e alegadamente homogênea.

Com base nesta correlação entre língua e sociedade, concebe-se atualmente que uma língua pode ser estudada tanto em seu aspecto interno – sintaxe, morfologia, léxico e fonologia/fonética –, quanto em seu aspecto externo – a maneira como é utilizada pelos seus falantes nas mais variadas situações sociais e como determinados contextos sociais agem de modo a condi-

cionar a trajetória histórica de uma língua –, devendo-se considerar a relação simbiótica que a língua e a sociedade estabelecem entre si no seu devir histórico.

3.2. O compartilhamento epistemológico

3.2.1. “Bilinguidade” e bilinguismo

No que concerne ao bilinguismo, no livro *Bilinguality and Bilingualism*, de Hamers / Blanc (2000), encontramos considerações interessantes, que são pertinentes a este artigo.

Como o próprio título do livro já nos indica, os autores fazem a distinção entre bilinguismo (*bilingualism*) e bilinguidade (*bilinguality*), distinção esta que, ao menos em trabalhos relativos à história linguística do Brasil, é pouco conhecida (e.g. Bessa Freire 2004).

Desse modo, bilinguismo é a situação de contato considerada ao nível da comunidade, composta por vários indivíduos bilíngues. Já bilinguidade é a situação de contato considerada ao nível do indivíduo – em cuja faculdade da linguagem os dois sistemas linguísticos se encontram –, imerso em uma comunidade bilíngue com a qual interage, ou seja, imerso em uma situação de bilinguismo. Trata-se de uma distinção relativa ao foco sobre o qual a análise recairá, ou seja, se sobre o indivíduo ou se sobre a comunidade da qual o indivíduo faz parte.

Em trabalhos que se situam no que, adiante, chamaremos de *história social-lingüística*, tal distinção tem valor, na medida em que uma história social enfatiza grandes processos, ao nível de estruturas sociais mais amplas, que não se restringem a um indivíduo – a não ser quando tornem possível induções que esclareçam o todo –, sendo, por isso, mais adequado considerar o contato entre duas línguas tendo como foco uma comunidade. Portanto, nesses casos, é mais adequado utilizar o conceito de *bilinguismo*.

A utilização do conceito de *bilinguidade*, referente ao contato entre duas línguas no âmbito individual, seria mais adequada se uma determinada história linguística estivesse relacionada à história cultural, na qual a ênfase de análise também recaia sobre o indivíduo, e não sobre a comunidade ou sociedade em que se insere.

3.2.2. História social e bilinguismo

Assim, como sabemos, há situações nas quais o encontro e o convívio prolongado de povos, falantes de línguas diferentes, geram espaços compostos por falantes bilíngues – principalmente no que se refere às gerações nascidas no local do contato inter-étnico –, o que também pode gerar alterações em ambos os sistemas linguísticos que passaram a ser dominados por um mesmo falante. É esta, por exemplo, a explicação aceita atualmente para a formação da variedade colonial do tupinambá, que, durante o contato com a língua portuguesa no Brasil-Colônia, se formou em São Paulo e ficou conhecida como língua geral (Rodrigues 1986, 1996).

Nesse caso, a informação sobre a vida pessoal de um mameluco, por exemplo, é de extrema relevância. Por isso, se for possível saber se era filho de um português com alguma índia da região costeira – provável falante nativa de tupinambá –, tal informação é interessante, pois torna possível inferir que o mameluco em questão se tornou falante de tupinambá como L1 – devido ao maior contato com a mãe e com toda a sua família (até porque, o tupinambá, no séc. XVI e início do séc. XVII, foi a língua da colonização da costa do Brasil) – e falante de português como L2 – que adquiriria, posteriormente, devido à intensificação do contato com o pai em atividades laborativas.

Entretanto, essas informações, de cunho pessoal e restritas a um espaço geográfico extremamente limitado, podem levar o linguista-historiador a enveredar pela história cultural-lingüística, desviando-o do seu objetivo – se este for o de escrever uma história social-lingüística. Por isso, as informações relativas a indivíduos têm de ser perseguidas caso contribuam para induções sobre a sociedade que está abordando.

Por isso, se o linguista-historiador não tiver consciência das particularidades da abordagem da história social e da história cultural, pode, inadvertidamente, procurar dados extremamente

pessoais, que, neste caso, não permitiriam tantas induções relativas ao âmbito social, pertinentes ao objetivo de se constituir o perfil geral dos bilíngues de uma comunidade de fala.

3.2.3. História cultural e bilinguidade

Continuando com o exemplo da formação da variedade colonial do tupinambá, se o objetivo do linguista-historiador for o de elaborar uma história cultural-linguística, deve buscar, ao máximo, informações pessoais relativas a um mameluco, no intuito de, além de saber informações sobre sua genealogia, procurar saber, também, qual(-ais) era(-m) a(-s) língua(-s) que integrava(-m) a sua identidade cultural no contexto do Brasil-Colônia, com que língua se relacionava com os membros do grupo social no qual estava inserido e, se fosse mais de uma, qual predominava sobre as outras. A natureza de suas relações sociais também deveria ser aprofundada, investigando-se o seu uso linguístico, tanto no âmbito doméstico, quanto no âmbito profissional. As generalizações deveriam ser evitadas, pois isso desviaria o foco da história cultural-linguística, para a história social-linguística. Nesse caso, informações de caráter geral só teriam valia caso contribuissem para a compreensão do micro-contexto analisado.

De qualquer maneira, tanto no caso em que se tem a história social-linguística como foco e a história cultural-linguística como acessório, quanto no caso contrário, só é possível, para o linguista-historiador, conceber essa relação de proporção epistemológica e metodológica, se tiver consciência da existência dessas duas vertentes da ciência histórica, assim como de suas peculiaridades.

3.2.4. História social e transmissão linguística irregular

A percepção, na Sociolinguística, da relação simbiótica entre língua e sociedade é o que torna possível o estudo da maneira como condicionamentos sócio-históricos são responsáveis por mudanças linguísticas e até mesmo pelo surgimento de novas línguas, como é o caso da vertente conhecida como Crioulística. Nesta vertente, a pesquisa sobre a história social de um povo é pré-requisito para que se chegue a conclusões consistentes no âmbito linguístico.

Tomemos, como exemplo, o amplo processo social que a escravidão representou ao longo de mais de trezentos anos de história colonial e pós-colonial do Brasil.

O linguista-historiador que trate de fenômenos linguísticos, como a transmissão linguística irregular, sabe que, para ser possível levantar a hipótese da ocorrência de tal processo em determinado lugar e em determinado tempo, tem de investigar se houve, de maneira geral, um processo de opressão de um povo e se, sobre ele, uma língua-alvo foi imposta de maneira assistemática, na proporção mínima de um falante dominador para dez dominados aloglotas, que, por sua vez, socializariam essa língua-alvo adquirida precariamente (Lucchesi / Baxter 2009; Lucchesi 2010).

Ressalte-se que, aqui, trata-se de situação diferente do bilinguismo. Isto porque, no bilinguismo, não há dificuldade de acesso às estruturas da língua-alvo, pelo fato de ser falada por um contingente numericamente muito superior ao contingente que se vê na necessidade de adquiri-la como L2. Desse modo, não há erosão gramatical da língua-alvo, consequentemente não havendo a necessidade de uma futura recomposição original, para compensar as perdas ocorridas em uma aquisição precária, diferença fundamental entre o bilinguismo e a transmissão linguística irregular, pois esta, em casos mais radicais, pode resultar na formação de pidgins e de crioulos, enquanto aquele, no máximo, resulta em uma nova variedade da língua-alvo.

Assim, temos que, na transmissão linguística irregular sempre há erosão gramatical da língua-alvo, gerando a necessidade de sua posterior recomposição. É precisamente neste momento – da recomposição gramatical – que se configura o *continuum* que a caracteriza, ou seja: se o acesso às estruturas da língua-alvo continuar restrito, mantendo-se a proporção mínima de um falante da língua-alvo para dez aloglotas, o resultado será a ruptura tipológica com a língua-alvo, formando-se um pidgin, que, se for nativizado, tornar-se-á um crioulo. Entretanto, se a situação demográfica se alterar, havendo a diminuição da proporção de um para dez, o acesso às estruturas da língua-alvo irá aumentar, não dando ensejo à formação de um pidgin, mas, sim,

à formação de uma nova variedade da língua-alvo – que, entretanto, por ter sido fruto de um processo de transmissão linguística irregular, apresentará algumas características encontradas em línguas pidgins e crioulas, embora não seja um sistema historicamente novo.

Quando lemos os trabalhos de Lucchesi / Baxter (2009), em que os autores desenvolvem a hipótese de que, em Helvécia, no estado brasileiro da Bahia, houve a transmissão linguística irregular do português aos escravos do local, percebemos que dados relativos a esta população só lançam luzes sobre a hipótese em questão, se forem “olhados de cima”, em seus contornos gerais, pois o que interessa aos referidos linguistas-historiadores, neste caso, não é a história de um escravo em particular, mas a história do total de escravos que foram utilizados como mão de obra na antiga colônia Leopoldina, como o percentual de escravos africanos – assim como as regiões da África de onde foram trazidos – e de escravos brasileiros, porque estes dados permitem aos linguistas-historiadores saber quais escravos teriam de adquirir o português como L2, na fase adulta, e quais já o falavam, provavelmente, como L1.

Depois disso, é necessário saber, também de forma geral, qual era a quantidade de falantes da língua-alvo – em que, mais uma vez, torna-se fundamental saber suas nacionalidades, para que seja possível deduzir se eram falantes do português como L1 ou como L2 –, no intuito de poder ser feita a comparação entre as duas populações e analisar se a referida proporção de um para dez se manifestava, de modo a poder-se considerar que o acesso dos dominados às estruturas da língua-alvo foi restrito o bastante, a ponto de dar início a um processo significativo de erosão gramatical desta última, assim como a restrição ao seu acesso no momento da recompõsição gramatical, tendo como resultado a sua transmissão linguística irregular.

Desse modo, percebemos que informações típicas da ciência histórica são necessárias para embasar hipóteses no âmbito da ciência linguística, *e.g.* o que acabamos de apresentar, como: tipo de economia em que estava inserido o empreendimento colonial em questão – se era uma fazenda, se utilizava mão de obra escrava, se essa mão de obra escrava era africana ou já nascida no local –, quais eram as características demográficas do empreendimento e qual era o regime político do período – pois esta informação permite saber, por exemplo, se a escravidão ainda era praticada no Brasil. Se o linguista-historiador tiver conhecimento, mesmo que superficial, da epistemologia da ciência histórica, perceberá que essas informações, para interessarem a esta hipótese específica, têm de ser analisadas do ponto de vista da história social – já que o que interessa é o fenômeno em suas linhas gerais –, pondo em prática os artifícios inerentes a essa abordagem, que expusemos algumas páginas antes. E, para que sejam postos em prática, têm, primeiramente, de ser conhecidos pelo linguista que deverá utilizá-los.

Como, para haver transmissão linguística irregular, tem de haver a socialização da língua-alvo, adquirida precariamente, por grandes contingentes, não é possível unir os seus pressupostos teóricos aos da história cultural.

3.3. Um pequeno esclarecimento e alguns exemplos

Dante do que foi exposto até agora, se temos a ciência histórica e a ciência linguística trabalhando em conjunto, não podemos nos referir aos termos *história social* e *história cultural*, sem lhes acrescentar outro qualificador. Desse modo, a depender da vertente da ciência histórica escolhida, o modo mais adequado de nos referir aos termos em questão, a nosso ver, é utilizando as expressões *história social-linguística* e *história cultural-linguística*, como, aliás, já viemos procedendo intuitivamente desde o início da seção anterior². Vejamos, então, um exemplo de cada uma.

3.3.1. Exemplo de história social-linguística

No âmbito da Linguística histórica, exemplos deste tipo podem ser encontrados, dentre outros³, em Mattos e Silva (2004). Observemos um deles, representado pelo capítulo *Português brasileiro*:

² Em Mattos e Silva (2004), já há a utilização do termo *história social-linguística*, porém, de maneira também intuitiva, sem abranger a epistemologia da história social.

³ Cf. Silva Neto (1951), Teyssier (1980) e Castro (1991).

raízes e trajetórias (*Para a construção de uma história*), constante no seu livro, já clássico, *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*.

Aqui, percebemos a abordagem de um grande processo já pelo título do subitem 2.1, *O que não imaginaram os descobridores: a trajetória dizimada indígena* (2004: 14), quando a autora se refere a fenômenos histórico-linguísticos gerais, encabeçados por “descobridores” e que tiveram efeitos sobre o “indígena” – note-se que estes termos são utilizados para se referir a grandes conjuntos de indivíduos, não realçando a história individual de nenhum deles.

Utilizando como fonte a *Carta*, de Pero Vaz de Caminha, integrante da frota de Pedro Álvares Cabral em 1500, afirma que os dois degredados que receberam ordens para ficar em terra, juntamente com os dois grumetes que fugiram da frota, foram os primeiros falantes do português a chegar e permanecer em solo brasileiro. No entanto, no caso principalmente dos degredados, a sua missão era a de adquirir a língua dos autóctones para, então, poder catequisá-los. Não haveria ainda a intenção de colonizar, até porque o destino da viagem era Calicute, na Índia, e não o Brasil. Este lugar, naquele primeiro contato, foi considerado apenas como um ponto de apoio para que se fizesse um pequeno descanso durante a viagem ao Oriente.

Logo em seguida, afirma que, apesar de a intenção inicial dos portugueses ter sido a de utilizar o Brasil apenas como um local de pouso, tal intenção se modificou posteriormente, razão pela qual o significado da permanência daqueles quatro primeiros portugueses acabou por ser o do início de uma história colonial de dizimação da população autóctone do Brasil, assim como de suas etnias e línguas, estendendo-se este processo após a independência, levado a termo, entretanto, já por brasileiros, ao longo das frentes de exploração econômica amazônicas, que ainda hoje não cessaram o seu processo de expansão e dizimação (Ribeiro 1995).

Após quinhentos anos de exploração em todo o território do Brasil – primeiro, por portugueses, depois, pelos próprios brasileiros –, o resultado foi a redução drástica do número de autóctones e de línguas, restando aproximadamente 220.000 índios (em um território onde, antes, segundo Houaiss [1985], havia cerca de 9 milhões) e 180 línguas (em um território onde, antes, segundo Rodrigues [1993], havia cerca de 1.175).

E conclui o trecho selecionado, dizendo que, apesar de toda a tragédia demográfica e linguística que a colonização do Brasil representou, não se pode afirmar, entretanto – haja vista os números apresentados –, que o português é a única língua falada aqui. Mattos e Silva (2004: 14) apresenta tais informações citando trechos da carta de Pero Vaz de Caminha:

Esses quatro primeiros semeadores do português no Brasil aqui ficaram antes para aprenderem “a sua fala” (fol. 11, ls. 26-30), a dos indíos, e assim convertê-los e não para ensinar-lhes português; quanto à terra, não seria ela mais que “pousada pera esta navegaçom de Calecut” (fol. 13v, ls. 22.27).

O seguir da história foi outro e com aqueles quatro que ficaram se inicia a trajetória dizimada dos índios brasileiros e de suas línguas, percurso etnocida e glotocida conhecido, conduzido primeiro pelos colonizadores portugueses e prosseguido pelas chamadas frentes pioneiras que hoje alcançam os limites últimos da Amazônia brasileira. Apesar desses quinhentos anos de destruição ininterrupta, sobrevivem cerca de 180 línguas indígenas e cerca de 220.000 índios – seriam o dobro as línguas do século XVI [...] ou, muito mais, cerca de 1.500, como admite verossímil A. Houaiss [...] – o que impede de dizer (mas é o que se temia em afirmar!) que o Brasil é unilíngue.

3.3.2. Exemplo de história cultural-linguística

Este tipo de história linguística pode ser encontrado em trechos da seção *E agora, com a escrita, os escravos!*, constante na tese de doutorado *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*, escrita por Oliveira (2005: 79-109), na qual aborda, dentre outras, a história individual do escravo Timóteo, nascido no Brasil, com base em cartas escritas por ele.

Nos trechos em questão, Oliveira, além contribuir para a reconstrução histórica da leitura e da escrita de escravos no contexto da história linguística do Brasil, tece considerações a respeito de relações afetivas entre um escravo e seus senhores e de razões psicológicas que levaram a

um suicídio. Enfim, a ênfase está em um indivíduo imerso em um micro-contexto, e não em um grupo social imerso em um macro-contexto.

Oliveira expõe, então, questões de cunho psicológico e sentimental acerca das razões que levaram ao suicídio de Timóteo, baseado em declarações do subdelegado que cuidou de seu caso. A intenção de colocar considerações relativas a razões psicológicas para o suicídio de Timóteo é destacada, inclusive, no próprio título do subitem da seção em questão, localizável ao número 1.3.9.4: *O suicídio: uma dimensão psicológica?* (2005: 107-108).

Timóteo estava prestes a ser vendido no mercado de escravos, o que significaria separar-se dos seus senhores, pelos quais tinha grande apego e dos quais não queria se separar. Seria essa boa relação com os senhores, inclusive, o que teria lhe possibilitado aprender a ler e escrever:

Uma dimensão talvez psicológica tenha motivado a carta de Timóteo. Pelo que escreve o subdelegado, Timóteo seria vendido em praça pública e “entendeo não dever passar á outro senhores”. Seria, então, esse o motivo que levou o escravo ao suicídio: o seu afastamento daqueles que o criaram. O subdelegado estava certo: os laços afetivos que uniriam Timóteo a seus donos pareciam bastante firmes, o que lhe deu, inclusive, o ingresso para o domínio das letras. A leitura do ‘bilhete’ de Timóteo parece confirmar o seu apreço à família que o criou, uma vez que ali, em tom de despedida, dizia-se grato a “Jaia Pombinha e a toda família d’ella”, pedindo-lhe perdão pelo que iria fazer. Iaiá Pombinha, talvez, fosse a senhora do escravo suicida.

De acordo com o que se lê em um trecho da carta de Timóteo e com a inferência que, baseado nele, fez Oliveira, o motivo que levou os seus senhores a quererem vendê-lo foi um texto escrito, cuja autoria foi atribuída a Timóteo. Além destas razões identificáveis, há outras que o escravo suicida não quis revelar, mas apenas dizer que existiam, provavelmente para valorizá-las, ao dizer que nunca seriam descobertas pela posteridade. Este conjunto de fatores teria levado ao seu suicídio, como se pode ler na análise que Oliveira (2005: 108-109) faz de sua carta:

O trecho “muito addemirava me naõ receiar-se com o meu gênio [em] naõ fazer um acerto para mim pois naõ acho doudice n’este proceder” sugere vagamente que o subdelegado tivesse razão quanto à causa do suicídio de Timóteo: estava em conflito com os seus donos e, de fato, entendeu que não deveria passar a outros senhores. Mas os desgostos do escravo vinham de muito tempo, pois já buscara a morte outras duas vezes e o seu texto surge como que para falar de um deles: “Poz-me preciso declarar-me que nem fui eu, e nem sabedor daquele infame papel, e n’elle achava-me inocente. Se faço esta declaração é para livrar que vão ao inferno, estas almas que despestaraõ suas conciencias!”. Do que estaria sendo acusado Timóteo? A sua carta não deixa respostas claras, mas sugere que o conteúdo de um infame papel seria uma das causas dos seus desabores [sic]; sugere ainda que estaria sendo Timóteo acusado de ser o seu autor e seria essa, talvez, uma das razões pelas quais cometeu suicídio. Ou seja: o escravo, talvez, fosse à venda porque a ele foi imputada a autoria de um texto. Quanto a outros motivos, “a sepultura será sabedora, e não este infame lugar digo e não esta terra de vivos”. Desse modo, acusado de fazer um uso ‘criminoso’ da escrita, o fato de ser alfabetizado parece ter contribuído para condenar Timóteo à morte. Sendo assim, achou justo que a mesma escrita o inocentasse.

1. De acordo com as peculiaridades das duas vertentes histórico-lingüísticas expostas até aqui, percebemos que as histórias sociais-lingüísticas são passos inevitáveis e indispensáveis para a reconstrução do passado linguístico do Brasil – que já vêm sendo dados pelo *Programa para a História da Língua Portuguesa* (PROHPOR), desde 1992, e pelo projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB), desde 1996 –, sem os quais as histórias culturais-lingüísticas não passarão de pontos isolados, sem um “pano de fundo” que as contextualize e lhes dê maior integridade, devido ao fato de que, em contextos histórico-lingüísticos, uma informação de caráter geral, muitas vezes, é um pré-requisito para que se consiga compreender uma informação de caráter específico, ou mesmo perceber a sua existência.

Podemos, então, concluir que, diferentemente de serem abordagens que se excluem, história social-lingüística e história cultural-lingüística se completam, pois, depois de termos elaborado uma reconstrução histórico-lingüística da totalidade de uma região, podemos perfeitamente partir para a reconstrução de suas pequenas partes, garantindo que nem a macro-história fique carente de detalhes nem a micro-história fique carente de contexto, compondo, assim, uma história linguística muito mais abrangente, porque contemplaria tanto os aspectos gerais, quanto

os específicos do seu objeto de estudo. O grande obstáculo para isso, entretanto, seria a extensão de tempo que demandaria e a obtenção de recursos financeiros para a realização de tão ampla pesquisa, porque escrever um trabalho que seja, ao mesmo tempo, história social-lingüística e história cultural-lingüística significa, na prática, escrever dois (ou mais) trabalhos dentro de um – mais amplo e completo.

2. Devemos ressaltar, porém, que, no caso do Brasil, devido às suas grandes dimensões territoriais, há regiões – como o Sul da Bahia, o Recôncavo Baiano, a Ilha de Marajó, no estado do Pará, assim como alguns pequenos estados da Federação, e.g. Sergipe – que, em termos absolutos, são regiões vastas, mas que, em termos relativos, se comparadas ao território brasileiro de forma geral, são regiões pequenas. Por isso, voltando à questão das denominações, consideramos que, em casos como estes, a forma mais adequada para nos referir a uma história social-lingüística é acrescentando-lhe ainda mais um termo complementar, com o que podemos denominá-la *história social-lingüística de pequena escala*. Tal ressalva é importante, porque delimitações regionais com estas características são bastante recorrentes no Brasil.

4. SOBRE A NECESSIDADE DE CONSIDERAR AS HISTÓRIAS LINGUÍSTICAS (SOCIAIS E CULTURAIS) DENTRO DO ESPECTRO MAIS AMPLO DA HISTÓRIA TRANSNACIONAL

Tomando, mais uma vez, o Sul da Bahia como exemplo, trataremos agora da necessidade de histórias linguísticas (sociais e culturais) serem observadas através da ótica da história transnacional, porque uma das principais características que marcaram a expansão colonial ultramarina europeia foi a disputa constante, com outros impérios coloniais – e.g. Holanda, França e Inglaterra –, pelos territórios que eram conquistados, tornando-os, constantemente, locais de fluxos transnacionais, pelo fato de, neles, ocorrerem dinâmicas sociais que englobavam impérios distintos, mesmo que ilegalmente, como foi o caso de Holanda, França e Inglaterra no Sul da Bahia.

As invasões holandesas no Brasil, então colônia de Portugal – no contexto da União Ibérica –, são eventos de caráter transnacional, pelo fato de envolverem reinos distintos. No momento em que o desenvolvimento histórico das duas capitâncias do Sul da Bahia teve o seu rumo decisivamente influenciado, em seu início, por eventos transnacionais, considerá-las fora de tal contexto se constituiria em um equívoco de análise, porque implicaria em excluir a influência, dentro da dinâmica do Império Português, de fatores externos a ele.

Assim, as invasões holandesas começam a acontecer, no Recôncavo Baiano, em 1599, estendendo-se até 1625. A necessidade de defesa militar, gerada por esses ataques, fez com que muitos dos seus habitantes deixassem as lavouras de subsistência a que se dedicavam, e começassem a contribuir, como soldados, para a defesa da capital, Salvador. A União Ibérica, então, obriga o Sul da Bahia a suprir a capital com os gêneros de subsistência que deixaram de ser produzidos, mantendo essa obrigação mesmo depois do fim das invasões dos flamengos, até a Independência do Brasil. O resultado da assunção compulsória desse papel foi a estagnação econômica da região, tendo como consequência uma menor migração de portugueses para o Sul da Bahia. Este fator, somado à distância e à dificuldade de comunicação, em relação à capital, permitiu ao Sul da Bahia um devir histórico – e, por conseguinte, linguístico – mais autônomo do que o do Recôncavo Baiano. Não foi sem razão que, até meados do séc. XVIII, cerca de 60 línguas indígenas continuavam sendo faladas no Sul da Bahia (Rocha Pombo 1905; Dias 2011, Argolo 2015).

No final do séc. XVIII, quando o Brasil ainda era colônia portuguesa, Vilhena (1798-1799) dá a notícia de que os habitantes da Capitania de Ilhéus negociavam com navios franceses, constituindo, assim, um espaço transnacional com base no comércio ilegal.

No início do séc. XIX, durante o processo de Independência do Brasil, Schafer (1824) é o principal informante sobre a existência de três colônias suíço-alemãs no Sul da Bahia (Leopoldina, Frankental e São Jorge dos Ilhéus [homônima à vila principal da capitania]), o que deu ensejo à formação de um espaço transnacional com base na imigração.

Após a Independência do Brasil, devido à espantosa prosperidade da lavoura cacaueira, cujo sustentáculo era justamente a sua forte inserção no mercado alimentício internacional, temos a formação de mais um espaço transnacional – e muito mais amplo do que os anteriores – com base no comércio.

De acordo com os elementos que, no início deste artigo, vimos ser característicos de um espaço transnacional, as relações que o Sul da Bahia, ainda enquanto região integrante do Império Português, mantinha com a França, com reinos alemães anteriores à unificação e, depois da Independência do Brasil, com diferentes países da Europa e da América, revelam a formação de “espaços” amplos cujas fronteiras não-territoriais englobavam múltiplas geografias, entre as quais ocorriam fluxos de natureza variada, não sendo, por isso, possível pensar em uma história linguística, no contexto do Brasil e de outras nações que surgiram no contexto da expansão colonial ultramarina europeia, sem levar em conta a sua inserção nestes espaços, seja essa história social-linguística, seja cultural-linguística.

5. O COMPARTILHAMENTO METODOLÓGICO

5.1. História social-linguística

5.1.1. Utilização de fontes primárias impressas

a) Coleta e organização de informações demográficas que se encontram esparsas na documentação colonial escrita por cronistas, assim como o uso de recenseamentos populacionais, como recurso para se depreender dados que nos possibilitem identificar o número, a localização e a movimentação de populações, suas etnias e, por indução, suas línguas (Mattos e Silva 2004), dentro da dinâmica de grandes processos sociais, locais e transnacionais.

Apesar da existência de recenseamentos esporádicos anteriores a 1776, é apenas a partir desta data que o Império Português, em busca da construção de um Estado moderno, começa a tomar iniciativas no sentido de padronizar os processos de classificação de dados demográficos nas colônias ultramarinas – através de quadros de coleta de informação uniformes e do início de seu envio regular para o Conselho Ultramarino –, como uma maneira de prover a metrópole com informações necessárias à implementação de políticas de maior controle sobre os territórios dominados, principalmente no que se refere à arrecadação de impostos. Era, por outro lado, um instrumento essencial para a organização de práticas de recrutamento militar, por parte da Coroa (Mattos 2013). Mas, apenas em 1796, o nível de informações constantes nos quadros de coleta de dados passa a atingir um grau significativo de detalhamento. Um exemplo é o *Recenseamento do Império do Brazil em 1872*, já após a sua Independência, no qual encontramos informações demográficas tão detalhadas, ao ponto de apresentar características populacionais baseadas nos seguintes parâmetros físicos: *cegos, surdo-mudos, aleijados, dementes e alienados*, relativos tanto a homens e mulheres livres, quanto a homens e mulheres escravos.

Os dados demográficos contidos em tais recenseamentos, entretanto (principalmente os coloniais), devem ser utilizados com cautela, pois, no caso do Brasil, a vastidão do território, a grande quantidade de capitaniais e de funcionários administrativos e judiciais, além das freguesias eclesiásticas com seus próprios critérios de registro, geravam uma grande quantidade de dados discrepantes, o que era um indício de dados equivocados e não correspondentes à realidade do local ao qual se referiam. Como razões para tais equívocos, Mattos (2013) apresenta:

1. Os recenseamentos eram sempre feitos com o intuito de ampliar a arrecadação fiscal e de recrutar jovens para o serviço militar, o que gerava uma mobilização social no sentido de ocultar informações a respeito da população recenseada;

2. No caso dos recenseamentos feitos com base em dados eclesiásticos – que eram a maioria –, as crianças entre 0 e 7 anos, de ambos os性os, não eram incluídas nos dados demográficos, pois ainda não tinham “idade de confissão”;

3. Grande parte dos recenseadores possuía baixo grau de letramento, o que prejudicava o registro fiel dos dados que se conseguia obter.

b) Devem ser utilizados, devido ao seu valor informacional, os livros de cronistas coloniais, e.g.: *A Bahia no século XVIII* (1798-1799), de Vilhena; *Viagem ao Brasil* (1815-1817), de Maximiano, Príncipe de Wied-Neuwied; *Viagem pelo Brasil* (1817-1820), de Spix / Martius; e *O Brasil como Império independente: analisado sob o aspecto histórico, mercantilístico e político* (1824), de Schafer.

Nestes livros, além de informações adicionais, como a descrição do ambiente natural – fauna e flora –, do ambiente construído – casas, colégios de jesuítas e igrejas – e de breves descrições da configuração social local, podemos encontrar ainda mais informações de caráter demográfico, embora, neste caso, sejam mais generalizantes, expressas apenas através de números e etnias – sem a informação de nomes, estado civil, idade, profissão, se livre ou se escravo, como geralmente informam os recenseamentos.

5.1.2. Utilização de fontes primárias manuscritas

Em se tratando, na sua primeira etapa, de uma história social-linguística que tem como objetivo reconstruir parcialmente grandes processos (reconstruções históricas são, sempre, incompletas) relativos a uma determinada população, os arquivos pesquisados serão, por esta razão e principalmente, os governamentais, nos quais este tipo de fonte é geralmente encontrada, e.g.: Arquivo Público do Estado da Bahia, situado na cidade de Salvador, Bahia, Brasil; Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino, situados na cidade de Lisboa, Portugal. Vejamos alguns exemplos de fontes que podem ser analisadas:

a) Fontes relativas a processos do Tribunal do Santo Ofício, constantes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo;

b) Fontes relativas a processos transnacionais do Brasil colonial e pós-colonial, como cartas solicitando a oficialização de doações de terra a imigrantes de outros impérios, constantes no Arquivo Público do Estado da Bahia.

5.1.3. Utilização de obras de historiadores e de linguistas-historiadores

Para que obtenhamos um maior rendimento das informações contidas em nossas fontes, elas devem ser cruzadas com as análises feitas por outros pesquisadores que já tenham escrito trabalhos históricos e linguístico-históricos sobre o Brasil ou sobre colônias ultramarinas de forma geral.

Ainda mais além, no âmbito transnacional, obras relativas à diplomacia devem ser utilizadas para auxiliar na interpretação, principalmente, de processos migratórios, e.g. os ocorridos entre o Brasil – enquanto colônia de Portugal – e outros reinos europeus, e entre o Brasil – já independente – e outras nações de modo geral.

5.1.4. Delimitação de “configurações linguísticas”

Na segunda etapa de uma história social-linguística, devem-se delimitar “espaços” abstratos que se constituam em “configurações linguísticas” – que assim denominamos por serem agrupamentos de línguas que foram utilizadas dentro de situações sociolinguísticas comuns, apresentando relações de contato que podem ter propiciado o bilinguismo e a transmissão linguística irregular. Essas configurações linguísticas, entretanto, não são estanques. Pelo contrário, devem ser analisadas como em constante interação, através dos seus falantes, que serão representados, nas configurações, pelos seus “perfis linguísticos”.

5.2. História cultural-linguística

5.2.1. Utilização de fontes primárias impressas

Nas histórias culturais-linguísticas, as fontes primárias impressas, como as crônicas sobre o Brasil colonial, são de grande valia como auxílio à micro-história dos personagens que estão sendo

focalizados e pesquisados, no sentido de lhes proporcionar um contexto social em que possam ganhar inteligibilidade, evitando-se “[...] o perigo de se cair em algo como a fragmentação do conhecimento histórico e a despolitização da história [...]” (Sharpe 1992: 56).

5.2.2. Utilização de fontes primárias manuscritas

O exemplo clássico do uso de fontes primárias manuscritas em uma história cultural é o processo da Inquisição relativo a Domenico Scandella – mais conhecido como Menocchio –, que viveu no séc. XVI na Aldeia de Monterealle, na Itália, baseado no qual Ginzburg (1976) escreveu *O queijo e os vermes*. Apesar de a intenção do autor não ter sido a de escrever uma história cultural-lingüística, acaba, de certa forma, por fazê-lo, pois, ao procurar desvendar quais foram os aspectos culturais que condicionaram as leituras e interpretações de Menocchio relativas à cosmogonia, acabou por traçar, intuitivamente, uma micro-história da leitura na Aldeia de Monterealle. Inclusive, é difícil pensar na reconstrução deste tipo de história, sem que se acabe por desembocar em uma história da leitura e da escrita. É, portanto, um parâmetro rico para se escrever uma história cultural-lingüística.

Além das fontes inquisitoriais, encontradas em arquivos públicos, as histórias culturais-lingüísticas também encontrarão, como grande manancial documental, os acervos particulares, e.g. o que fez Oliveira (2005) – ao utilizar o acervo documental, relativo ao séc. XIX, da Sociedade Protetora dos Desvalidos, em Salvador –, e Sartori (2010) – ao utilizar as cartas de namoro, relativas ao séc. XX, de dois casais baianos: Otto & Renée Soledade e Carlos & Iracema Freire (cf. Lobo 2009). As cartas particulares são documentos “[...] cuja real utilidade como evidência histórica [e sociolinguística] repousa no fato de que seus compiladores não estavam deliberada e conscientemente registrando para a posteridade” (Sharpe 1992: 48), o que revela, com menos censura, aspectos sociais que condicionaram a sua produção.

5.2.3. Utilização de obras de historiadores e de linguistas-historiadores

Como as histórias culturais-lingüísticas se referem a uma quantidade muito limitada de pessoas em locais de pequenas dimensões, nem sempre o linguista-historiador terá à sua disposição histórias culturais (lingüísticas ou não) relativas àquele mesmo microcosmos, para que, com elas, possa cruzar os dados primários que encontrou e chegar a novas conclusões. Porém, se pretender, por exemplo, escrever uma história cultural-lingüística sobre a Vila de São Jorge dos Ilhéus, no séc. XVII, poderá encontrar, esparsas em diversas histórias sociais do Brasil, informações importantes que, se analisadas e compiladas, podem ser cruzadas com as fontes primárias que encontrar, contribuindo, assim, para que chegue a conclusões micro-históricas importantes para a sua história cultural-lingüística.

5.2.4. Aprofundamento vertical dos perfis linguísticos constantes nas “configurações lingüísticas”

Para além do caráter horizontal e macrossocial das configurações linguísticas expostas anteriormente, em que os seus indivíduos são apenas “engrenagens” que fazem funcionar ambientes generalizantes de bilinguismo e de transmissão linguística irregular, nas histórias culturais-lingüísticas, de maneira contrária, a ênfase recairá sobre os próprios indivíduos que compõem esses perfis, passando de engrenagens submetidas a um contexto maior, a atores, com poder de ação, com um nome e com uma história.

O queijo e os vermes, como já foi dito, é um exemplo de micro-história com foco em uma só pessoa, uma espécie de biografia de uma pessoa comum. Porém, como proceder no aprofundamento de histórias de vida, dentro das configurações linguísticas, já que o foco do pesquisador passa a ser um grupo de indivíduos também ativos, e não mais um único indivíduo?

Lobo / Oliveira (2013: 11), ao utilizar o método do cômputo de assinaturas como índice inicial de uma história da leitura e da escrita, relativa a 354 indivíduos, baseados em processos

da Inquisição, afirmam que “[...] esses índices ‘nus’ podem ser enganosos, daí a necessidade de vesti-los com uma análise que leve em consideração o perfil sociológico daqueles que deixaram ou não a sua assinatura nos documentos referidos”.

Desse modo, um método da ciência histórica que pode ser de grande valia para “vestir” essas assinaturas com as histórias de vida que as recobriram é a *prosopografia*, uma espécie de “biografia coletiva”, que consiste na:

[...] investigação das características básicas comuns de um grupo de atores na história, através de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer um universo a ser estudado, e então elaborar um conjunto de questões uniformes – sobre nascimento e morte, casamento e família, origem social e posição econômica herdada, local de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, profissão, religião, experiência de trabalho e assim por diante. Os vários tipos de informação sobre os indivíduos, no universo dado, são, então, justapostos e combinados, e são examinados por meio de variáveis significativas. Elas são testadas tanto para correlações internas, quanto para correlações com outras formas de comportamento ou ação (Stone 1971: 46).

É importante ressaltar que a pesquisa de Lobo / Oliveira (2013) já se propõe a explorar algumas das variáveis apontadas por Stone (1971), e.g. as variáveis *origem geográfica* – que Stone chama de *nascimento* – e *condição religiosa* – que Stone chama, simplesmente, de *religião*. Entretanto, o nível informacional de uma prosopografia – que nos parece ser o método em que se enquadraria o trabalho de Lobo / Oliveira – aponta para a necessidade de limitação no número de pessoas que farão parte da “biografia coletiva”. Por isso, para que seja feito o compartilhamento metodológico, pode ser que 354 pessoas seja um número alto de indivíduos, para que o levantamento de suas histórias de vida e posterior análise das características comuns do grupo tenha viabilidade de prática, devido a limitações, principalmente, de tempo e de financiamento. Considerando-se que os autores chegaram aos 354 confitentes/denunciantes através da análise do *Primeiro livro das confissões*, do *Primeiro livro das denunciações* e do *Terceiro livro das denunciações* – escritos na Capitania da Bahia no final do séc. XVI –, poder-se-ia pensar, como maneira de reduzir a amostra, no momento inicial da pesquisa, na análise de apenas um dos três referidos livros da Inquisição. Ultrapassada essa primeira etapa, que já demandaria uma longa caminhada, partir-se-ia para o mesmo trabalho, em etapas distintas, nos outros dois livros inquisitoriais.

6. CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, procuramos argumentar no sentido de que, para se escrever uma história linguística – seja social, seja cultural –, o linguista-historiador tem de cumprir, em linhas gerais, duas etapas:

- i. A da reconstrução do passado de uma população – principalmente econômico, político e demográfico –, de acordo com as teorias e métodos da ciência histórica;
- ii. A da reconstrução do passado externo da língua ou línguas que eram faladas por esta população, de acordo com as teorias e métodos da ciência linguística.

Nesse sentido, apresentamos, primeiramente, aspectos da epistemologia da ciência histórica, para demonstrar como podem ser úteis à pesquisa do linguista-historiador. Em seguida, apresentamos aspectos da epistemologia da ciência linguística, para demonstrar como as conclusões da ciência histórica podem ser processadas pela ciência linguística, em um trabalho integrado, para se chegar, como resultado final, a uma história linguística.

Cumprida esta etapa, apresentamos exemplos de trabalhos que podem, de acordo com o que argumentamos, ser chamados de *história social-lingüística* e de *história cultural-lingüística*, para que o leitor observasse como esses dois tipos de história linguística se manifestam na prática.

Por fim, apresentamos um esboço da metodologia básica que deve ser utilizada na elaboração de histórias linguísticas – tanto sociais, quanto culturais –, informando os tipos de dados que devem ser pesquisados, em que tipos de fonte e de arquivo tais pesquisas devem ser feitas,

a necessidade de se estabelecer relações entre a pesquisa que se pretende levar a termo e a de outros autores – para que, através do cruzamento de dados, se possa chegar a novas análises e conclusões –, assim como o conceito e o modo de uso das configurações linguísticas.

A GRADECIMENTOS

Este artigo é um dos desdobramentos da tese de doutorado intitulada *História linguística do Sul da Bahia (1534-1940)*, defendida em outubro de 2015, no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Gostaria de agradecer à Profª Drª Tânia Lobo, da mesma Universidade, e ao Prof. Dr. José Vicente Serrão, do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), por terem, respectivamente, orientado e co-orientado a escrita da referida tese; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter me concedido a bolsa para a realização de estágio de doutorado em Lisboa, Portugal, entre os anos de 2013 e 2014; e, por fim, ao Corpo Editorial da Revista Estudos de Linguística Galega, pelo trabalho criterioso, assim como aos pares críticos anônimos, pela avaliação igualmente criteriosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHR conversation: on transnational history (2006), Bloomington: American Historical Review, 1440-1464.
- Argolo, Wagner (2015): *História linguística do Sul da Bahia (1534-1940)*. Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Tese de doutoramento inédita.
- Bessa Freire, José Ribamar (2004): *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica.
- Brewer, John (2010): "Microhistory and the histories of everyday life", *Cultural and Social History* 7.01, 87-109.
- Dias, Marcelo Henrique (2011): *Farinhas, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: EDITUS-UESC.
- Ginzburg, Carlo (1976/2006): *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hamers, Josiane / Michel Blanc (2000): *Bilinguality and Bilingualism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Houaiss, Antônio (1985): *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade-Centro de Cultura.
- Lobo, Tânia (2009): "Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro", em Klebson Oliveira / Hirão Cunha e Souza / Julianne Soledade (eds.), *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 609-630.
- Lobo, Tânia / Klebson Oliveira (2013): "Ainda aos olhos da Inquisição: novos dados sobre níveis de alfabetização na Bahia em finais de quinhentos", em Rosario Alvarez / Ana Maria Martins / Henrique Monteagudo / Maria Ana Ramos (eds.), *Ao sabor do texto. Estudos dedicados a Ivo Castro*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 10-25.
- Lucchesi, Dante (2010): *Línguas em contato*. Manuscrito inédito.
- Lucchesi, Dante / Alan Baxter (2009): "A transmissão linguística irregular", em Dante Lucchesi / Alan Baxter / Ilza Ribeiro (eds.), *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 101-124.
- Matos, Paulo Teodoro de (2013): "Population censuses in the Portuguese Empire (1750-1820): research notes", *Romanian Journal of Population Studies* 1, 1-22.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1999): "Orientações atuais da linguística histórica brasileira", *D.E.L.T.A.* 15, 147-166.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2004): *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- Muller, Michael / Cornelius Torp (2009): "Conceptualising transnational spaces in history", *European Review of History* 16.5, 609-617.
- Oliveira, Klebson (2005): *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Tese de doutoramento inédita.

- Ribeiro, Darcy (1995/2004): *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rocha Pombo, José Francisco da (1905): *História do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Fonseca Saraiva Editor / Benjamim de Aguilar Editor.
- Rodrigues, Aryon (1986): *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- Rodrigues, Aryon (1993): "Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas", *D.E.L.T.A.* 9(1), 83-103.
- Rodrigues, Aryon (1996): "As línguas gerais sul-americanas", *PAPIA* 4, 6-18.
- Saussure, Ferdinand de (1916/2006): *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix.
- Schafer, Georg Anton von (1824/2007): *O Brasil como um império independente: analisado sob o aspecto histórico, mercantilístico e político*. Santa Maria: Editora UFSM.
- Sewell Jr., William (2008): "Crooked lines", *American Historical Review Forum. Geoff Eley's A Crooked Line* 113, 3-14.
- Sharpe, Jim (1992): "A história vista de baixo", em Peter Burke (ed.), *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EDUNESP, 40-102.
- Stone, Lawrence (1971): "Prosopography", *Daedalus* 100, 46-79.
- Weinreich, Uriel / William Labov / Marvin Herzog (1968/2006): *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola.